

SUMÁRIO

PARTE I

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

CAPÍTULO I

TEORIA GERAL DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	41
1. As relações internacionais observadas sob o prisma jurídico	41
1.1. A sociedade internacional	42
1.2. Características da sociedade internacional	42
1.3. A globalização e o sistema normativo internacional.....	43
2. Conceito de Direito Internacional Público.....	45
3. Terminologia	47
4. Objeto	48
5. Fundamento do Direito Internacional Público.....	49
6. O ordenamento jurídico internacional.....	51
6.1. Características do Direito Internacional Público	51
6.2. A cooperação internacional entre os Estados	53
6.3. A jurisdição internacional	54
6.4. A sanção no Direito Internacional Público.....	55
7. Direito Internacional Público e Direito Internacional Privado	56
8. Direito Internacional Público e Direito interno	58
8.1. Dualismo.....	58
8.2. Monismo.....	59
8.3. Outras possibilidades: a primazia da norma mais favorável.....	61

CAPÍTULO II

FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: INTRODUÇÃO	63
1. Conceito.....	63
1.1. Fontes materiais e fontes formais	63
2. Fontes formais do Direito Internacional.....	64
2.1. Fontes estatutárias do Direito Internacional: o artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça.....	65
2.1.1. O problema da hierarquia das fontes do Direito Internacional	66
2.2. Fontes extraestatutárias: as outras fontes do Direito Internacional.....	67
2.3. Classificação	67
3. Tratados.....	68
4. Costume internacional.....	69
5. Decisões judiciais: a jurisprudência internacional.....	71
6. Doutrina.....	72

7. Princípios gerais de direito	72
8. Princípios gerais de Direito Internacional Público.....	73
9. Analogia	73
10. Equidade	74
11. Atos unilaterais dos Estados	74
12. Decisões de organizações internacionais.....	75
13. Normas imperativas: o <i>jus cogens</i>	77
14. <i>Soft law</i>	80
15. Quadro sinótico adicional.....	84

CAPÍTULO III

FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: OS TRATADOS.....	87
1. Conceito e natureza jurídica	87
2. Terminologia: espécies de tratados	89
3. Classificação	92
3.1. Número de partes	92
3.2. Procedimento de conclusão	93
3.3. Execução	94
3.4. Natureza das normas/ponto de vista material.....	94
3.5. Efeitos	95
3.6. Possibilidade de adesão	95
4. Evolução histórica.....	95
5. Condições de validade	96
5.1. Capacidade das partes: entes com capacidade para celebrar tratados.....	97
5.1.1. Estados.....	97
5.1.2. Organizações internacionais	98
5.1.3. Santa Sé, beligerantes, insurgentes, blocos regionais e Comitê Internacional da Cruz Vermelha	99
5.1.4. Acordos externos de interesse dos Estados da federação, do Distrito Federal e dos Municípios	99
5.2. Habilitação dos agentes	100
5.3. Objeto lícito e possível.....	101
5.4. Consentimento regular	102
5.4.1. O problema das ratificações imperfeitas.....	103
6. Processo de elaboração dos tratados	104
6.1. Negociação e adoção.....	105
6.2. Assinatura.....	106
6.3. Ratificação.....	108
6.4. Entrada em vigor no âmbito internacional.....	109
6.5. Registro e publicidade.....	112
7. Efeitos dos tratados sobre as partes e sobre terceiros	113
7.1. Entrada em vigor dos tratados: vigência contemporânea e diferida. Duração.....	113

7.2. A regra fundamental <i>pacta sunt servanda</i> e o princípio da boa-fé no Direito dos Tratados.....	114
7.3. Aplicação dos tratados no tempo: o princípio da irretroatividade.....	115
7.4. Aplicação dos tratados no espaço. As teorias da repercussão dos tratados sobre Estados não contratantes (reflexos dos tratados sobre terceiros).....	115
8. Interpretação dos tratados.....	116
9. Adesão.....	118
10. Alteração dos tratados: as emendas e revisões.....	119
11. Reservas.....	120
12. Extinção e suspensão dos tratados.....	122
12.1. Extinção.....	123
12.1.1. Denúncia.....	125
12.1.2. Efeitos do estado de guerra e da alteração fundamental das circunstâncias sobre a vigência dos tratados (teoria da cláusula <i>rebus sic stantibus</i>).....	130
12.2. Suspensão.....	131
12.3. Consequências da extinção e da suspensão dos tratados.....	132
13. Incorporação ao Direito interno.....	132
13.1. Modelos de internalização dos tratados.....	133
13.2. O Poder Executivo e o Poder Legislativo na elaboração do tratado.....	134
13.3. Tramitação do tratado no Brasil.....	135
13.4. A obrigatoriedade dos tratados na ordem jurídica nacional.....	137
14. Conflito entre o Direito Internacional Público e o Direito Nacional: os tratados em face da lei interna.....	138
14.1. Hierarquia dos tratados incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro.....	140
14.2. Hierarquia dos tratados de direitos humanos no Direito interno brasileiro.....	143
14.3. Hierarquia dos tratados de Direito Tributário no Direito interno brasileiro.....	149
14.4. O controle de convencionalidade dos tratados de direitos humanos no Direito interno brasileiro.....	150
15. Quadros sinóticos adicionais.....	153

CAPÍTULO IV

SUJEITOS DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: INTRODUÇÃO.....	157
1. Personalidade internacional.....	157
2. O Estado.....	159
3. Organizações internacionais.....	159
4. Santa Sé e Estado da Cidade do Vaticano.....	160
4.1. Ordem Soberana e Militar de Malta.....	161
5. O indivíduo.....	162
6. As organizações não governamentais (ONGs).....	163
7. As empresas.....	163
8. Beligerantes, insurgentes e nações em luta pela soberania.....	164
9. Os blocos regionais.....	165
10. Quadros sinóticos.....	166

CAPÍTULO V**SUJEITOS DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: O ESTADO.**

IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO	167
1. Conceito.....	167
2. Elementos constitutivos: território, povo e governo soberano.....	168
2.1. Breve nota acerca da representação do Estado brasileiro nas relações internacionais....	170
3. Os microestados	171
4. Surgimento dos Estados.....	171
5. Reconhecimento de Estado e de governo	173
6. Direitos e deveres fundamentais dos Estados.....	177
6.1. Doutrina Drago.....	179
7. Extinção e sucessão de Estados.....	180
7.1. Convenção de Viena sobre a Sucessão de Estados em Matéria de Tratados, de 1978...	181
7.2. Sucessão de bens, dívidas e arquivos.....	182
8. O território.....	184
8.1. Conceito.....	184
8.2. Aquisição e perda.....	185
8.3. Fronteiras	186
8.4. Jurisdição territorial: direitos territoriais de jurisdição. <i>Imperium e dominium</i>	186
9. Imunidade de jurisdição	187
9.1. Imunidade do Estado estrangeiro no processo de conhecimento (imunidade à jurisdição cognitiva).....	188
9.1.1. Visão antiga: <i>par in parem non habet iudicium/imperium</i>	189
9.1.2. Visão atual: atos de império e atos de gestão. Teoria da imunidade relativa, limitada ou restrita	190
9.2. Imunidade do Estado estrangeiro no processo de execução (imunidade de execução).	195
9.3. Imunidade das organizações internacionais	198
9.3.1. A jurisprudência brasileira e o tema da imunidade das organizações internacionais.....	200
9.4. Estados estrangeiros e organizações internacionais como autores no Judiciário de outro Estado.....	203
9.5. Competência para o exame de litúgio envolvendo pessoas jurídicas de Direito Público externo no Brasil.....	203

CAPÍTULO VI

ÓRGÃOS DO ESTADO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	207
1. Órgãos do Estado nas relações internacionais.....	207
1.1. Noções gerais.....	207
1.2. Os órgãos do Estado nas relações internacionais.....	208
1.2.1. Chefe de Estado	208
1.2.2. Chefe de Governo	212
1.2.3. Ministro das Relações Exteriores	212
1.2.4. Agentes diplomáticos	213

1.2.5	Agentes consulares.....	217
1.2.6.	As missões especiais.....	222
2.	Privilégios e imunidades.....	223
2.1.	Noções gerais.....	223
2.2.	Privilégios e imunidades diplomáticas.....	227
2.3.	Privilégios e imunidades consulares.....	230
3.	Princípios relativos às relações internacionais do Brasil.....	232
4.	A lei de migração e o emigrante brasileiro.....	234
5.	Quadros sinóticos adicionais.....	235

CAPÍTULO VII

SUJEITOS DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

		239
1.	Teoria geral.....	239
1.1.	Conceito e natureza jurídica.....	240
1.2.	Personalidade jurídica.....	242
1.3.	Elementos essenciais e características.....	243
1.4.	Espécies.....	245
1.5.	Informações adicionais: admissão e saída de Estados membros; sede; representação internacional; financiamento; recursos humanos.....	246
2.	Organização das Nações Unidas (ONU).....	249
2.1.	Histórico.....	249
2.2.	Objetivos e princípios.....	251
2.3.	Órgãos.....	253
2.3.1.	Assembleia Geral.....	253
2.3.2.	Conselho de Segurança.....	254
2.3.3.	Secretaria Geral.....	257
2.3.4.	Outros.....	257
2.4.	Organismos especializados do Sistema das Nações Unidas. Organizações relacionadas. Organismos que não fazem parte do Sistema das Nações Unidas.....	258
2.5.	Funcionamento do mecanismo de segurança coletiva das Nações Unidas.....	262
2.5.1.	A Iniciativa R2P (<i>Responsibility to Protect</i> – Responsabilidade de Proteger)	264
3.	As organizações regionais.....	265
3.1.	Organização dos Estados Americanos – OEA.....	265
3.1.1.	Carta Democrática Interamericana.....	267

CAPÍTULO VIII

		271
1.	Nacionalidade.....	271
1.1.	Conceito.....	271
1.2.	A nacionalidade e o Direito Internacional: princípios gerais.....	272
1.3.	Conflitos de nacionalidade: polipatridia e apatridia.....	274
1.3.1.	Polipatridia.....	274

1.3.2. Apatridia	275
1.3.3. Notas acerca da Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas	278
1.4. Nacionalidade: tipos e critérios de aquisição	280
1.4.1. Nacionalidade primária ou originária: <i>jus solis</i> e <i>jus sanguinis</i>	281
1.4.2. Nacionalidade secundária ou adquirida. Naturalização. Outros critérios.....	281
2. Nacionalidade brasileira originária	283
2.1. Aquisição.....	283
2.2. A Justiça Federal nas causas referentes à nacionalidade brasileira	284
2.3. Breves notas acerca da opção de nacionalidade brasileira	285
3. Naturalização no Brasil	286
3.1. Aquisição da nacionalidade secundária brasileira: condições.....	286
3.2. A Justiça Federal e o processo de naturalização.....	292
3.3. A condição jurídica do naturalizado.....	292
4. Mudança, perda e reaquisição	294
5. Nacionalidade de pessoas jurídicas.....	298

CAPÍTULO IX

DIREITO MIGRATÓRIO: A CONDIÇÃO JURÍDICA DO ESTRANGEIRO/ MIGRANTE/VISITANTE	299
1. Introdução.....	299
1.1. Terminologia.....	301
2. Entrada e permanência no exterior.....	302
2.1. Admissão do estrangeiro	302
2.2. Títulos de ingresso.....	303
2.2.1. Documentos de viagem.....	303
2.2.2. Vistos.....	305
2.2.3. Do registro e da identificação civil do imigrante e dos detentores de vistos diplomático, oficial e de cortesia.....	314
2.2.4. Autorização de residência	315
2.2.5. Reunião familiar.....	319
3. Impedimento, repatriação e deportação	320
3.1. Impedimento e Repatriação	321
3.2. Deportação.....	325
3.3. Da Fiscalização Marítima, Aeroportuária e de Fronteiras	329
4. Expulsão	330
4.1. Hipóteses legais de inexpulsabilidade. A expulsão e o artigo 55, inciso II, da Lei de Migração. Breve histórico no Estatuto do Estrangeiro e quadro atual.....	336
5. Extradicação	342
5.1. Noções gerais.....	343
5.2. Fundamento da extradicação.....	347
5.3. Do exame do pedido de extradicação: requisitos pertinentes	349
5.3.1. Princípio da identidade	351
5.3.2. Princípio da especialidade	356

5.4. Extradicação e crimes políticos.....	358
5.5. Extradicação de nacionais	360
5.6. Outras condições para o deferimento da extradicação no Brasil.....	361
5.7. Da competência para a concessão da extradicação no Brasil e do processo extradicional	365
5.8. Da entrega do extraditado.....	377
5.9. Extradicação simplificada ou voluntária	379
6. Entrega ao Tribunal Penal Internacional (TPI).....	380
7. Asilo e refúgio.....	382
7.1. O asilo.....	382
7.2. O refúgio.....	386
8. Direitos dos migrantes, visitantes e demais não nacionais na constituição federal. Princípios e diretrizes da política migratória brasileira. Direitos dos migrantes, visitantes e demais não nacionais na lei de migração.....	388
8.1. Condição jurídica do não nacional na Constituição Federal.....	389
8.2. Princípios e diretrizes da política migratória brasileira.....	394
8.3. Direitos e deveres do estrangeiro na Lei de Migração	398
9. A apatridia na lei de migração	401
10. Os residentes fronteiriços.....	403
11. Infrações e penalidades administrativas na lei de migração	405
12. O Estatuto da Igualdade Brasil-Portugal	407
13. A lei 13.684/18: medidas especiais de assistência a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária.....	410
14. Quadros sinóticos adicionais.....	411

CAPÍTULO X

RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL.....	415
1. Conceito e fundamento	415
2. Características e classificação.....	418
3. Elementos essenciais	419
3.1. Ato ilícito	419
3.2. Imputabilidade	420
3.3. Dano	420
4. Responsabilidade por atos lícitos.....	420
5. Abuso de direito	421
6. Responsabilidade por atos do Estado, de funcionários e de revolucionários.....	422
7. Atos que excluem ou atenuam a responsabilidade internacional	424
8. Proteção diplomática	425
9. Dano e sua reparação.....	427
10. Esboço de Artigos sobre a Responsabilidade de Estados por Atos Ilícitos Internacionais.....	428

CAPÍTULO XI

DIREITO INTERNACIONAL ECONÔMICO	433
1. Conceito.....	433
2. Ordem econômica internacional: conceito e características	434

3. Aspectos gerais do Direito Internacional Econômico	436
4. Principais organizações internacionais de Direito Internacional Econômico.....	438
4.1. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).....	439
4.2. Fundo Monetário Internacional (FMI)	440
4.3. Banco Mundial (BIRD).....	441
4.4. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).....	442
4.5. ONU e UNCTAD	443
5. Quadros sinóticos adicionais.....	444

CAPÍTULO XII

DIREITO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL.....	447
1. Noções gerais.....	447
2. O sistema multilateral de comércio: a Organização Mundial do Comércio (OMC)	447
2.1. Histórico: o GATT	448
2.2. Funções	449
2.3. Princípios	450
2.4. Estrutura institucional e funcionamento.....	453
2.5. Solução de controvérsias	454
3. Principais acordos comerciais.....	456
3.1. Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT-1994)	456
3.2. Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS)	457
3.3. Acordo sobre Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS)	459
3.4. Acordo sobre Medidas de Investimento Relacionadas ao Comércio (TRIMS).....	461
3.5. Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS).....	462
3.6. Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT)	463
4. Quadros sinóticos adicionais.....	464

CAPÍTULO XIII

DIREITO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE	467
1. Noções gerais.....	467
1.1. Princípios do Direito Internacional Ambiental	468
2. Histórico	469
3. Normas gerais do Direito Internacional do Meio Ambiente.....	470
3.1. Declaração de Estocolmo de 1972	471
3.2. Declaração do Rio de 1992.....	472
3.3. Agenda 21	473
3.4. Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	474
4. Regulação de temas específicos no Direito Internacional do Meio Ambiente.....	491
4.1. Proteção da fauna, da flora e das florestas.....	491
4.2. Proteção do solo e desertificação	493
4.3. Antártida	494
4.4. Alimentos transgênicos e organismos geneticamente modificados: o Protocolo de Cartagena	495

4.5. Combate ao aquecimento global e à poluição atmosférica. Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Protocolo de Quioto. Acordo de Paris. Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio.....	496
4.6. Poluição do mar e pesca.....	499
5. Direitos humanos e o meio ambiente.....	500
6. Comércio internacional e meio ambiente.....	502
7. A responsabilidade internacional por danos ao meio ambiente e a reparação do dano ecológico.....	504
8. Quadros sinóticos adicionais.....	504

CAPÍTULO XIV

DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO	507
1. Noções gerais.....	507
2. Evolução histórica.....	508
3. Organização Internacional do Trabalho (OIT).....	509
3.1. Histórico	509
3.2. Noções gerais.....	510
3.3. Estrutura e composição dos órgãos da OIT.....	514
3.3.1. Conferência Internacional do Trabalho e conferências regionais	514
3.3.2. Conselho de Administração.....	515
3.3.3. Repartição Internacional do Trabalho.....	516
4. Aplicação das normas de Direito Internacional do Trabalho.....	517
4.1. Procedimentos contenciosos: reclamação e queixa.....	517
4.2. Comissão de Peritos.....	518
4.3. Comitê de Liberdade Sindical.....	520
5. Convenções e recomendações da OIT e sua aplicação no Brasil	521
6. Convenções internacionais sobre temas de interesse prioritário da OIT	524
6.1. Liberdade sindical e negociação coletiva.....	525
6.2. Trabalhos forçados.....	530
6.3. Discriminação em matéria de emprego e ocupação	532
6.4. Meio ambiente de trabalho seguro e saudável.....	534
7. Normas internacionais de proteção da criança e do adolescente no trabalho.....	535
7.1. A proteção da criança e do adolescente no trabalho nos tratados de direitos humanos	535
7.2. Convenção 138 e Recomendação 146 sobre a Idade Mínima para Admissão no Emprego.....	536
7.3. Convenção 182 e Recomendação 190 sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil	539
8. Aplicação da lei trabalhista estrangeira: os princípios da <i>lex loci executionis</i> e do <i>locus regit actum</i> . A Lei 7.064/82. A extinção da Súmula 207. O princípio da norma mais favorável ao trabalhador	541
8.1. Regime de trabalho dos brasileiros contratados ou transferidos para prestar serviços no exterior (Lei 7.064/82)	544
8.2. Regime de trabalho de estrangeiros contratados no exterior para prestar serviços no Brasil	546
8.3. Lei aplicável às relações de trabalho marítimo em rotas internacionais	547

9. Competência da Justiça do Trabalho na área internacional.....	552
10. Organização Mundial do Comércio (OMC) e trabalho	553
10.1. Padrões trabalhistas mínimos	553
10.2. <i>Dumping</i> social	554
10.3. Cláusula social	555
10.4. Selo social	556
11. Livre circulação de trabalhadores: União Europeia e MERCOSUL.....	557
11.1. União Europeia	557
11.2. MERCOSUL	558
12. Quadros sinóticos adicionais.....	560

CAPÍTULO XV

DIREITO INTERNACIONAL PENAL: O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. DIREITO PENAL INTERNACIONAL: COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL NO CAMPO PENAL. O COMBATE AO TERRORISMO NO DIREITO INTERNACIONAL.....

1. Direito Internacional Penal e Direito Penal Internacional	563
1.1. Direito Internacional Penal.....	563
1.1.1. Conceito de crimes internacionais e sua evolução histórica.....	563
1.2. Direito Penal Internacional: a cooperação penal internacional	564
2. O Tribunal Penal Internacional (TPI)	565
2.1. Noções gerais.....	565
2.2. Estrutura	567
2.3. Estatuto de Roma: princípios.....	569
2.4. Competência <i>rationae materiae</i> do Tribunal Penal Internacional: crimes da competência do TPI	572
2.4.1. Crimes de guerra.....	572
2.4.2. Crimes contra a humanidade	573
2.4.3. Agressão	573
2.4.4. Genocídio	574
2.5. Competência <i>rationae loci</i> , <i>rationae personae</i> e <i>rationae temporis</i> do Tribunal Penal Internacional	575
2.6. Persecução dos crimes de guerra: normas processuais	576
2.7. Decisões e sua natureza.....	578
2.8. Penas	578
2.9. O Tribunal Penal Internacional e o Brasil.....	580
3. Cooperação internacional em matéria penal (Direito Penal Internacional)	583
3.1. Tratados multilaterais em matéria de cooperação penal e processual penal	586
3.1.1. Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Convenção de Mérida) .	587
3.1.2. Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (Convenção de Palermo)	588
3.1.3. Convenção contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotró- picas.....	593

3.1.4.	Protocolo contra a Fabricação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, suas Peças, Componentes e Munições	594
3.1.5.	Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais.....	595
3.1.6.	Convenções e tratados relativos ao processo penal	596
3.2.	Tratados bilaterais em matéria de cooperação penal e processual penal.....	596
3.3.	Lei 12.846/2013.....	597
4.	Transferência de presos	599
4.1.	Transferência de presos nos tratados.....	599
4.2.	Transferência de condenados.....	602
4.3.	Transferência de execução da pena	603
5.	Cooperação internacional no campo penal e arcabouço institucional: autoridades centrais e redes de cooperação entre órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário e do Ministério Público. O auxílio direto.....	605
5.1.	Autoridades centrais	605
5.2.	Redes de cooperação entre órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário e do Ministério Público.....	607
5.2.1.	IberRED	608
5.2.2.	Rede de Cooperação Jurídica e Judiciária Internacional dos Países de Língua Portuguesa (Rede Judiciária da CPLP).....	609
5.2.3.	Rede Hemisférica de Intercâmbio de Informações para o Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal e de Extradição.....	610
5.3.	Carta rogatória e auxílio direto	610
5.4.	A homologação de sentenças penais para efeitos civis.....	617
6.	Combate ao terrorismo.....	619
6.1.	Resolução 1.373 do Conselho de Segurança da ONU	619
6.2.	Convenção Internacional sobre a Supressão de Atentados Terroristas com Bombas....	621
6.3.	Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento do Terrorismo.....	624
6.4.	Convenção Interamericana contra o Terrorismo.....	627
7.	Quadros adicionais	630

CAPÍTULO XVI

DOMÍNIO PÚBLICO INTERNACIONAL E PATRIMÔNIO COMUM DA HUMANIDADE.....

1.	A disciplina dos espaços internacionais	635
2.	Direito do mar, dos rios e das águas interiores. A navegação marítima.....	636
2.1.	Mar territorial.....	638
2.2.	Zona contígua	639
2.3.	Plataforma continental e fundos marinhos.....	640
2.4.	Zona econômica exclusiva.....	641
2.5.	Alto mar	641
2.6.	Direito Internacional da Navegação Marítima	642
2.7.	Rios internacionais	643
2.8.	Águas interiores	644

3. Zonas polares.....	644
4. O espaço aéreo: o Direito Internacional da Navegação Aérea	645
4.1. O espaço aéreo: princípios elementares	646
4.2. Normas convencionais.....	647
4.2.1. Nacionalidade das aeronaves	651
4.2.2. Tráfego aéreo.....	652
5. O espaço extra-atmosférico	652
6. Nota sobre a competência das autoridades judiciárias brasileiras no tocante ao domínio público internacional	654
7. Patrimônio comum da humanidade.....	655
8. Quadros sinóticos	657

CAPÍTULO XVII

SOLUÇÃO PACÍFICA DE CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS	661
1. Controvérsias internacionais	661
1.1. Mecanismos de solução de controvérsias internacionais: características	661
2. Meios de solução de controvérsias: o artigo 33 da Carta da ONU.....	662
3. Meios diplomáticos e políticos	663
3.1. Negociação	664
3.2. Inquérito	664
3.3. Consultas.....	665
3.4. Bons ofícios	665
3.5. Mediação.....	665
3.6. Conciliação.....	666
4. Meios semijudiciais: a arbitragem internacional	666
4.1. Noções gerais: os árbitros, o processo e o laudo arbitral.....	666
5. Meios judiciais.....	668
5.1. Corte Internacional de Justiça.....	669
5.2. Outros tribunais	675
6. Meios coercitivos	676
7. Quadros sinóticos adicionais.....	677

CAPÍTULO XVIII

DIREITO DE GUERRA E NEUTRALIDADE	679
1. A guerra.....	679
2. Noções gerais. <i>Jus ad bellum</i> e <i>Jus in bello</i>	680
3. A proscrição da guerra. Mecanismos de segurança coletiva e de manutenção da paz.....	681
4. Normas aplicáveis aos conflitos armados	683
4.1. Tratados referentes ao emprego de armas de alto potencial destrutivo	685
4.2. O Tribunal Penal Internacional (TPI) e a guerra	685
5. Neutralidade.....	686
6. Quadro sinótico adicional.....	687

PARTE II
DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

CAPÍTULO I

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO.....	691
1. Conceito e características	691
2. Objeto	693
3. Denominação	694
4. Fontes.....	694
4.1. Lei.....	695
4.2. Tratados.....	696
4.3. A Conferência da Haia de Direito Internacional Privado	696
5. Diferenças em relação ao Direito Internacional Público	698

CAPÍTULO II

APLICAÇÃO DA LEI NO ESPAÇO: CONFLITOS DE LEIS NO ESPAÇO E A NORMA DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO.....	701
1. Introdução: a problemática dos conflitos de leis no espaço.....	701
2. Histórico	702
3. A norma de Direito Internacional Privado e sua estrutura.....	704
4. Regras de conexão: os objetos de conexão e elementos de conexão	705
4.1. Elementos de conexão: tipos	706
4.1.1. Estatuto pessoal: o domicílio (<i>lex domicilii</i>)	706
4.1.2. Estatuto pessoal: a nacionalidade.....	707
4.1.3. <i>Lex fori</i>	708
4.1.4. <i>Lex rei sitae</i>	708
4.1.5. <i>Lex loci delicti comissi</i>	709
4.1.6. <i>Lex loci executionis/lex loci solutionis</i>	709
4.1.7. <i>Locus regit actum/lex loci contractus/lugar</i> de constituição da obrigação	710
4.1.8. Autonomia da vontade.....	710
4.1.9. Outros elementos.....	712
4.1.10. Breve nota acerca da constituição de pessoas jurídicas.....	713
4.1.11. Breve nota acerca do exercício do direito de propriedade no Brasil por parte de Estados estrangeiros.....	713
4.1.12. Soberania digital	713
5. Institutos básicos do Direito Internacional Privado	714
5.1. Qualificação	714
5.2. Ordem pública	715
5.3. Reenvio	715
5.4. Direito adquirido.....	716
5.5. Aplicação da norma estrangeira.....	717
6. Quadros sinóticos adicionais.....	717

CAPÍTULO III

APLICAÇÃO DO DIREITO ESTRANGEIRO E DIREITO PROCESSUAL CIVIL INTERNACIONAL. COMPETÊNCIA INTERNACIONAL	719
1. Noções gerais	719
2. Aplicação do Direito estrangeiro	719
2.1. Verificação e prova do conteúdo do Direito estrangeiro	720
2.2. Interpretação do Direito estrangeiro e sua incidência no caso concreto	723
2.3. Exceções à aplicação do Direito estrangeiro.....	725
3. Competência internacional.....	726
3.1. Noções gerais e princípios básicos	727
3.2. Competência da autoridade judiciária brasileira no plano internacional.....	731
3.2.1. Competência concorrente no CPC 1973.....	731
3.2.2. Competência exclusiva no CPC 1973	732
3.2.3. A competência internacional nos tratados	733
3.2.4. A competência internacional no CPC 2015	734
4. Litispendência internacional	737
5. A cláusula de eleição de foro estrangeiro	739
6. A prova de fatos ocorridos no exterior.....	741
7. Quadro sinótico adicional.....	742

CAPÍTULO IV

COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL NO CAMPO CÍVEL	743
1. Noções gerais.....	743
1.1. A cooperação jurídica internacional e o Brasil	744
1.2. Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros (“Convenção da Apostila”).....	747
2. Cartas rogatórias	750
2.1. Cartas rogatórias no Brasil	751
2.1.1. Rogatórias enviadas pelo Brasil – rogatórias ativas	751
2.1.2. Rogatórias recebidas pelo Brasil – rogatórias passivas.....	755
2.1.3. Normas relativas às rogatórias nos tratados.....	763
3. Regime das provas	764
3.1. A Convenção da Haia sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em Matéria Civil ou Comercial	765
4. Cooperação internacional no campo cível e arcabouço institucional atual: autoridades centrais e redes de cooperação entre órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário e do Ministério Público	767
4.1. Autoridades centrais	768
4.2. Redes de cooperação entre órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário e do Ministério Público	769
4.2.1. IberRED – Rede Iberoamericana de Cooperação Judiciária.....	770
4.2.2. Rede de Cooperação Jurídica e Judiciária Internacional dos Países de Língua Portuguesa (Rede Judiciária da CPLP).....	771

5. Auxílio direto.....	772
6. Quadros sinóticos adicionais.....	776

CAPÍTULO V

COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL NO CAMPO CÍVEL: HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇAS ESTRANGEIRAS.....	781
1. Noções gerais.....	781
2. A homologação da sentença estrangeira no Brasil.....	784
2.1. Competência.....	784
2.2. Condições para a homologação de uma sentença estrangeira no Brasil.....	785
2.3. Processo.....	800
2.4. A homologação de sentenças penais para efeitos civis.....	803
2.5. A homologação nos tratados.....	805
3. Sentenças proferidas por tribunais internacionais.....	806
4. Quadros sinóticos adicionais.....	808

CAPÍTULO VI

NOÇÕES DE ARBITRAGEM NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO.....	813
1. Noções gerais.....	813
2. A arbitragem e a lei brasileira: O CPC 2015 e a Lei 9.307/96.....	816
3. A arbitragem nos tratados.....	823
3.1. A arbitragem nos tratados de alcance global.....	823
3.1.1. Protocolo relativo a Cláusulas de Arbitragem (Protocolo de Genebra).....	823
3.1.2. Convenção sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras (Convenção de Nova Iorque).....	824
3.2. A arbitragem nas Américas.....	825
3.2.1. Convenção Interamericana sobre Arbitragem Comercial Internacional (Convenção do Panamá).....	825
3.2.2. Convenção Interamericana sobre Eficácia Extraterritorial das Sentenças e Laudos Arbitrais Estrangeiros (Convenção de Montevideú).....	826
3.3. A arbitragem no MERCOSUL.....	826
3.3.1. Acordo sobre Arbitragem Comercial Internacional do MERCOSUL (Acordo de Buenos Aires).....	826
3.3.2. Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa (Protocolo de Las Leñas).....	828
4. A homologação de laudos arbitrais estrangeiros no Direito interno brasileiro.....	828
4.1. A homologação de laudos arbitrais estrangeiros no CPC 2015 e na Lei 13.129/2015.....	832
5. Quadro sinótico adicional.....	833

CAPÍTULO VII

DIREITO DE FAMÍLIA E DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO.....	835
1. O casamento no Direito Internacional Privado.....	835
1.1. A celebração do casamento de estrangeiros no Brasil e de brasileiros no exterior.....	835
1.1.1. O casamento consular. O divórcio consular.....	836

1.1.2. Do registro no Brasil do casamento celebrado no exterior.....	837
1.1.3. O divórcio consular.....	839
1.2. A constância e o fim do casamento no Direito Internacional Privado: normas aplicáveis	840
1.2.1. Normas aplicáveis ao divórcio. A homologação de divórcio decretado no exterior.....	841
1.2.2. Outros temas relevantes.....	843
2. A prestação transnacional de alimentos	844
2.1. Convenção de Nova Iorque sobre Cobrança de Alimentos no Estrangeiro	844
2.2. Convenção Interamericana sobre Obrigação Alimentar (Convenção de Montevideu)	847
2.3. Convenção sobre a Cobrança Internacional de Alimentos para Crianças e Outros Membros da Família.....	848
2.4. Protocolo sobre a Lei Aplicável às Obrigações de Prestar Alimentos	856
3. Adoção internacional.....	859
4. Sequestro internacional de crianças: a Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças (Convenção da Haia)	862
4.1. A Resolução 449 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).....	870
4.2. Notas acerca da competência para examinar ação de guarda relativa a criança trazida para o Brasil por genitor(a) brasileiro(a).....	874
5. Quadros sinóticos adicionais.....	876

PARTE III

DIREITOS HUMANOS

CAPÍTULO I

NOÇÕES GERAIS DE DIREITOS HUMANOS.....	881
1. Conceito e informações gerais.....	881
2. Fundamento.....	882
3. Características.....	882
3.1. Universalidade.....	883
3.2. Inerência.....	883
3.3. Transnacionalidade.....	883
3.4. Historicidade e proibição do retrocesso.....	883
3.5. Indisponibilidade, inalienabilidade e irrenunciabilidade.....	883
3.6. Imprescritibilidade.....	883
3.7. Indivisibilidade, interdependência e complementariedade.....	886
3.8. Primazia da norma mais favorável.....	886
3.9. Caráter não exaustivo das listas de fatores de discriminação	888
4. Fontes.....	889
5. Evolução histórica.....	889
6. Classificação dos direitos humanos	892
6.1. Classificação tradicional: as gerações dos direitos humanos	892
6.2. Classificação conforme o Direito Internacional dos Direitos Humanos: as dimensões dos direitos humanos.....	895

7. Os direitos humanos como princípios gerais de Direito e como norma. Força vinculante dos direitos humanos. Eficácia vertical, horizontal e diagonal dos direitos humanos..... 896

CAPÍTULO II

DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS 899

1. Conceitos básicos..... 899
2. Evolução histórica..... 899
 - 2.1. Antecedentes 900
 - 2.2. A II Guerra Mundial e o surgimento da ONU 901
3. A internacionalização dos direitos humanos: fundamentos da proteção internacional dos direitos humanos 903
 - 3.1. A relativização do conceito de soberania nacional absoluta..... 903
 - 3.2. Mudança do papel do indivíduo no cenário internacional..... 904
4. Fontes do Direito Internacional dos Direitos Humanos. Natureza jurídica dos tratados de direitos humanos 905
5. Características do Direito Internacional dos Direitos Humanos 905
 - 5.1. Universalidade e transnacionalidade..... 905
 - 5.1.1. Breves notas acerca da controvérsia entre o universalismo e o relativismo cultural 906
 - 5.2. Possibilidade de monitoramento internacional..... 908
 - 5.3. Possibilidade de responsabilização internacional..... 908
 - 5.4. Papel primordial dos Estados e subsidiariedade do sistema de proteção internacional dos direitos humanos. O esgotamento dos recursos internos 908
6. A aplicação dos tratados de direitos humanos em Estados federais 910
7. As reservas em tratados de direitos humanos 911
8. Os sistemas internacionais de proteção aos direitos humanos 911

CAPÍTULO III

SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS (ONU)..... 913

1. Sistema global de direitos humanos e seus principais tratados 913
 - 1.1. Carta das Nações Unidas (Carta da ONU) 914
 - 1.2. Declaração Universal dos Direitos Humanos 914
 - 1.3. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos..... 919
 - 1.3.1. Segundo Protocolo Adicional ao Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos com vista à Abolição da Pena de Morte..... 924
 - 1.4. Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais..... 926
 - 1.5. Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio..... 928
 - 1.6. Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial 929
 - 1.7. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (Convenção CEDAW) 931
 - 1.8. Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes..... 933
 - 1.9. Convenção sobre os Direitos da Criança e Protocolos Facultativos..... 935

1.9.1. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à Venda de Crianças, à Prostituição Infantil e à Pornografia Infantil e Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo ao Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados	939
1.9.2. Regras Mínimas da ONU para Administração da Justiça da Infância e Juventude (Regras de Beijing), Regras Mínimas da ONU para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade (Diretrizes de Riade) e Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil.....	940
1.10. Declaração e Programa de Ação de Viena (1993)	940
1.11. Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos (Regras de Mandela)	942
1.12. Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças	946
1.13. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo	949
1.14. Direitos humanos e comunidades tradicionais	954
1.14.1. Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.....	955
1.14.2. Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais.....	958
1.15. Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra Desaparecimentos Forçados	962
1.16. Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso	967
1.17. Convenção Internacional para a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e de suas Famílias.....	969
2. Mecanismos internacionais de monitoramento e proteção dos direitos humanos no sistema global: órgãos e instrumentos específicos.....	970
2.1. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR)	970
2.2. Conselho de Direitos Humanos (UNHRC/CDH)	971
2.3. Órgãos de tratados.....	973
2.3.1. Comitê de Direitos Humanos e Protocolo Facultativo ao Pacto dos Direitos Civis e Políticos.....	974
2.3.2. Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	976
2.3.3. Comitê para Eliminação da Discriminação Racial (CERD/CEDR).....	981
2.3.4. Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (Comitê CEDAW)	982
2.3.5. Comitê para os Direitos da Criança (CRC)	984
2.3.6. Comitê contra a Tortura (CAT) e Subcomitê de Prevenção da Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. O Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.....	987

2.3.7. Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD) e Protocolo Facultativo à Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.....	989
2.3.8. Comitê contra Desaparecimentos Forçados	990
2.4. Órgãos jurisdicionais	992
3. Quadros sinóticos.....	993

CAPÍTULO IV

SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	999
1. Os sistemas regionais de proteção dos direitos humanos.....	999
1.1. O sistema interamericano	999
2. Sistema interamericano de Direitos Humanos e seus principais tratados	999
2.1. Carta da OEA e Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem	1000
2.2. Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José).....	1000
2.2.1. Protocolo de São Salvador (Protocolo adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais).....	1010
2.3. Outros tratados do sistema interamericano	1012
2.3.1. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará)	1014
2.3.2. Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (Convenção da Guatemala).....	1015
2.3.3. Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas.....	1016
2.3.4. Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância (Convenção da Guatemala)	1019
3. Mecanismos de proteção do sistema interamericano	1024
3.1. Comissão Interamericana de Direitos Humanos	1025
3.2. Corte Interamericana de Direitos Humanos	1031
3.2.1. Principais casos envolvendo o Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos	1037

CAPÍTULO V

A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DA PESSOA HUMANA: ÁREAS ESPECÍFICAS...	1047
1. Direito Internacional Humanitário	1047
1.1. Histórico e principais convenções internacionais na matéria	1047
1.2. Noções gerais.....	1049
1.2.1. Princípios do Direito Humanitário.....	1050
1.3. Pessoal protegido	1051
1.4. Principais normas	1052
1.5. A aplicação do Direito Humanitário. Papel da ONU e da Cruz Vermelha. Outros órgãos.....	1053
1.5.1. O Movimento da Cruz Vermelha	1054

2. Direito Internacional dos Refugiados.....	1056
2.1. Noções gerais.....	1056
2.2. Normas internacionais de proteção aos refugiados. O princípio do <i>non-refoulement</i> ...	1057
2.3. Normas brasileiras de proteção aos refugiados: a Lei 9.474/97. Papel da Lei 13.445/17 (Lei de Migração) na proteção dos refugiados.....	1061
2.4. Normas brasileiras de proteção aos refugiados: o Decreto 9.277/18.....	1068
3. Quadros sinóticos.....	1069

CAPÍTULO VI

O DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

1. O princípio da primazia dos direitos humanos nas relações internacionais	1071
2. Incorporação dos tratados de direitos humanos ao ordenamento jurídico brasileiro: processo legislativo de incorporação.....	1073
3. A aplicabilidade imediata das normas de tratados de direitos humanos	1076
4. Posição hierárquica dos tratados de direitos humanos e conflito com as normas internas.....	1080
4.1. Posição hierárquica dos tratados de direitos humanos aprovados fora do marco estabelecido pelo parágrafo 3º do artigo 5º da Constituição Federal.....	1081
4.1.1. Introdução: informações gerais acerca dos tratados internacionais de direitos humanos no Brasil	1082
4.1.2. Da promulgação da Constituição Federal de 1988 até 2007: época em que os tratados de direitos humanos eram equiparados à lei ordinária	1084
4.1.3. A suprallegalidade: atual entendimento majoritário.....	1085
4.1.4. Outros entendimentos: o caráter materialmente constitucional de todas as normas internacionais de direitos humanos e o princípio da primazia da norma mais favorável.....	1087
4.2. Tratados de direitos humanos celebrados nos termos do § 3º do artigo 5º da Constituição Federal.....	1089
4.3. O controle de convencionalidade dos tratados de direitos humanos no Direito interno brasileiro	1091
5. Aplicação do princípio da primazia da norma mais favorável à pessoa humana no Direito brasileiro.....	1093
6. A denúncia de tratados de direitos humanos em face do Direito brasileiro	1095
7. A execução de decisões de tribunais internacionais de direitos humanos.....	1100
8. As normas do Estatuto do Tribunal Penal Internacional (TPI) em face da Constituição Federal. O Brasil e a criação de um tribunal internacional dos direitos humanos.....	1101
9. Incidente de Deslocamento de Competência (IDC): a intervenção da Justiça Federal nas hipóteses de grave violação de direitos humanos	1104
10. O papel da Defensoria Pública em postulações de indivíduos que vivem no Brasil junto aos órgãos internacionais de proteção aos direitos humanos. Os defensores públicos interamericanos	1110
11. Quadros sinóticos adicionais.....	1111

PARTE IV

DIREITO COMUNITÁRIO

CAPÍTULO I

NOÇÕES DE DIREITO DA INTEGRAÇÃO E DE DIREITO COMUNITÁRIO.....	1115
1. Introdução.....	1115
1.1. Noções gerais: integração econômica e formação de blocos econômicos.....	1115
1.2. Estágios da integração regional	1117
1.3. Direito da Integração.....	1118
2. Direito Comunitário.....	1119
2.1. Conceito.....	1119
2.2. Fontes.....	1121
2.3. Princípios	1121
2.3.1. Princípio da integração.....	1121
2.3.2. Aplicabilidade direta (imediate) e efeito direto	1122
2.3.3. Primazia.....	1122
2.3.4. Aplicação uniforme e harmonização	1123
2.3.5. Subsidiariedade	1123
3. Diferenças entre o Direito Comunitário e o Direito da Integração.....	1124

CAPÍTULO II

PRINCIPAIS BLOCOS REGIONAIS DE INTERESSE PARA O BRASIL:	1127
1. Introdução.....	1127
2. MERCOSUL	1127
2.1. Histórico: ALALC, ALADI e as negociações Argentina-Brasil.....	1127
2.2. Constituição e objetivo.....	1129
2.3. Natureza jurídica	1132
2.4. Princípios	1132
2.5. Principais tratados e fontes do Direito do MERCOSUL.....	1133
2.6. Estrutura e funcionamento	1134
2.6.1. Conselho do Mercado Comum (CMC)	1134
2.6.2. Grupo Mercado Comum (GMC)	1135
2.6.3. Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM)	1136
2.6.4. Secretaria Administrativa do MERCOSUL (SAM).....	1137
2.6.5. O Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL)	1137
2.6.6. Foro Consultivo Econômico-Social e outros órgãos.....	1138
2.7. O comércio intrabloco: linhas gerais.....	1138
2.8. As negociações e os acordos comerciais envolvendo o MERCOSUL	1139
2.9. Principais normas em matéria social. A ideia de livre circulação de trabalhadores no MERCOSUL	1139
2.10. Democracia e direitos humanos no MERCOSUL	1141

2.11. Solução de controvérsias. O Protocolo de Olivos. O Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL.....	1143
2.11.1. Arbitragem no MERCOSUL	1149
2.12. Cooperação jurídica no MERCOSUL: o Protocolo de Las Leñas.....	1149
3. União Europeia.....	1153
3.1. Histórico	1153
3.2. Composição e adesão.....	1155
3.3. Estrutura institucional.....	1155
3.4. Funcionamento: principais políticas da União Europeia	1160
3.5. Principais normas no campo dos direitos humanos e em matéria social.....	1164
3.6. Retirada da União Europeia.....	1165
4. Outros mecanismos de integração regional	1166
4.1. UNASUL E PROSUL.....	1166
4.2. NAFTA	1169
4.3. Outros exemplos de mecanismos de integração regional	1170
4.4. Breves notas acerca do Acordo Mercosul-União Europeia	1170
5. Quadros sinóticos adicionais.....	1171
ATUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL	1175
BIBLIOGRAFIA	1179